

## RESENHA

---

---

---

---

---

---

MARCIA BEZERRA\*\*

JAMESON, John H.; EOGAN, James (Eds.). *Training and practice for modern day archaeologists*. New York: Springer, 2013. 277, mapas, il. ISBN 978-1-4614-5528-8. (Série One World Archaeology editada por H. Burke, G. Politis e G. Cooney)

A formação de arqueólogos e a prática da arqueologia são temas em voga na atualidade. A reconfiguração dos contornos da disciplina, provocada pelas políticas desenvolvimentistas, vem acirrando os debates sobre o do estatuto da arqueologia no mundo contemporâneo, enquanto a ampliação das oportunidades de trabalho fora da academia e das agências estatais tem colocado os arqueólogos em contato com outras demandas e distintos profissionais envolvidos no sistema de gerenciamento do patrimônio arqueológico (gestores, educadores, consultores ambientais, empreendedores, etc.). A formação ocupa um lugar de destaque nesse panorama. Para alguns a “adequação” dos currículos, para o que Jameson e Eogan, editores do livro, chamam de “novas realidades”, contribui para a [de]formação dos arqueólogos, outros acreditam que ela seja a solução para superar a desconexão entre o treinamento profissional e as novas exigências da prática arqueológica.

Esse avassalador crescimento da arqueologia na esfera do desenvolvimento abalou os preceitos éticos da disciplina, chegando mesmo a impactar a imagem pública dos arqueólogos, como mostra Kobyliński ao tratar da corrupção envolvida no sistema de controle das pesquisas de contrato na Polônia. Nesse cenário, o patrimônio arqueológico é ameaçado pela falta de controle, de fiscalização, pela ausência de parâmetros na condução das pesquisas de campo e, sobretudo, pela tímida divulgação do conhecimento produzido por esses projetos. Os relatórios guardam “treasure trove of information”, como afirma Simpson (p.174), que mal veem a luz do dia. Essas

---

\* Recebido em: 01.08.2014. Aprovado em: 15.10.2014.

\*\* Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal do Pará. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: marciabezerra14@gmail.com.

são algumas das preocupações dos editores de *Training and Practice for Modern Day Archaeologists*, que têm ampla experiência no campo da gestão do patrimônio e, consequentemente, no enfrentamento das adversidades impostas pela prática da “arqueologia comercial”, como denominam a arqueologia realizada junto aos projetos de desenvolvimento. John H. Jameson e James Eogan trabalham em agências do governo: National Park Service/Estados Unidos e National Road Authority/Irlanda, respectivamente. Não é, então, surpresa o fato de que o livro, apesar de colocar questões importantes para a arqueologia contemporânea, se volte para discussões que tendem a destacar o aspecto pragmático da formação e da prática da arqueologia.

O livro tem como objetivo discutir as “novas realidades” do mundo do trabalho da arqueologia, particularmente, a “arqueologia comercial” e a sua relação com a formação profissional. A intenção dos editores é compreender os efeitos da globalização no exercício da profissão e apresentar estratégias bem sucedidas na superação de problemas. Muito embora considerem questões como a mobilidade transnacional dos arqueólogos na Europa, os problemas enfrentados para a manutenção de empregos numa economia instável e o trabalho dos arqueólogos nas instituições ligadas ao gerenciamento, Jameson e Eogan acreditam que é preciso aproveitar ao máximo as vantagens acadêmicas, profissionais e sociais que o crescimento da arqueologia comercial pode proporcionar para a disciplina. Segundo eles, a prática arqueológica tem que avançar e o caminho é o trabalho de colaboração entre arqueólogos, agências do governo e empresas de arqueologia (xiv); cooperação ressaltada por todos os autores do livro. O leitor deve ter poucas expectativas de encontrar abordagens críticas radicais desse panorama danoso à disciplina. Apesar disso, há exceções. Alguns poucos artigos aprofundam as reflexões éticas e políticas sobre a “arqueologia comercial”. De qualquer forma, os estudos permitem ao leitor conhecer o perfil dos arqueólogos e o *ethos* da disciplina em vários países, o que pode ser um alento, se servir para pensar que não estamos sozinhos... O livro está dividido em duas partes: Parte I – Twenty-First Century Archaeological Practice and Training: The New Realities; e Parte II – Archaeology and Development: The Economic Forces and Consequences of Compliance-Driven Archaeology. Além do texto introdutório dos editores, há dezessete artigos, escritos por 22 autores, sendo a maioria da Irlanda. Os editores atribuem isso ao crescimento da arqueologia no setor privado no país (em 2007). Cabe mencionar que o livro é, em parte, resultado de sessões realizadas durante o WAC-6, em Dublin, em 2008, o que explica a afluência de trabalhos sobre a Irlanda. Os contextos tratados se distribuem entre Irlanda (7), Inglaterra (1), Escócia (1), Eslováquia (1), Polônia (1), Austrália (1), Canadá (1) e Estados Unidos (2), e ainda dois artigos que discutem questões gerais ou fazem recortes geográficos mais amplos. Os sete artigos sobre arqueologia na Irlanda tornam a leitura, em muitos momentos, maçante, pois há uma repetição de informações, dados e sobreposição de discussões. Com exceção de dois artigos, os demais são similares em muitos pontos e alguns são bastante descritivos, apresentando tabelas estatísticas, às vezes sem tratamento e/ou discussão dos dados. A cansativa repetição, entretanto, compensa essa lacuna, uma vez que, em outros artigos sobre a Irlanda, uma parte desses dados é discutida.

O artigo de Jameson abre a Parte I do livro. No texto, o autor apresenta alguns pontos avaliados como fundamentais para se compreender o papel dos arqueólogos e do patrimônio hoje, antecipando tópicos que serão tratados ao longo do livro, dentre eles: a importância das ações colaborativas, o patrimônio arqueológico subaquático e o despreparo de profissionais que trabalham no gerenciamento do

patrimônio. O patrimônio marítimo é o tema do último capítulo do livro, no qual Brady e Pollard traçam um panorama do potencial arqueológico na costa da Irlanda e as fontes que podem contribuir para o estudo e monitoramento do estado de conservação dos bens submersos, enquanto a conservação é discutida por Cooper ao apresentar os conflitos sobre o “discurso autorizado do patrimônio” (AHD) a respeito da reconstrução, restauração e adaptação de castelos na Escócia. O uso de técnicas de solução de problemas tem permitido identificar e antecipar essas situações, que têm servido como base para a definição de parâmetros sobre ações de conservação e preservação dos castelos. Um dos objetivos dos editores é apontar caminhos para resolver questões que envolvem o patrimônio. Nem todos cumprem esse papel, mas alguns fornecem dados que podem contribuir para a formulação de políticas públicas. Aitchison, por exemplo, apresenta o projeto “Discovering Archaeologists of Europe”, que reuniu dados de doze países com o propósito de examinar o mercado de trabalho da arqueologia entre 2006 e 2008. Critérios como gênero, faixa etária, qualificação, origem, natureza do trabalho e salário, indicam que cerca de 16.000 pessoas trabalhavam como arqueólogos naquele momento, 86% em tempo integral, sendo a maioria formada por homens, exceto na Grécia (76%) e em Chipre (69%), onde as mulheres predominam na arqueologia (p.18). Um ponto complexo é a definição de quem é arqueólogo. Cada país tem referenciais distintos, que podem levar em consideração, ou não, o treinamento formal. Em alguns países não há exigência de qualificação, criando uma barreira para a mobilidade de arqueólogos na Europa. Na mesma linha, Ulm, Nichols e Dalley discutem o perfil da arqueologia australiana. Com base em pesquisa realizada por meio de questionários, os autores levantaram o perfil demográfico, informações sobre emprego, atividades profissionais e aspectos relativos ao ensino e formação. Esse artigo traz dados importantes e, como outros do livro, afirma que um dos graves problemas, apontados em todos os questionários, é a falta de habilidades práticas dos arqueólogos formados nas universidades. Entre aquelas consideradas “Top 10” destacam-se: elaboração de relatórios; comunicação interpessoal; técnicas de *survey*; computação; gerenciamento de tempo e de projetos; e conhecimento da legislação. A pesquisa revela que a maior parte dos arqueólogos trabalha no setor privado e os autores ressaltam a superação da dicotomia entre arqueologia acadêmica e aplicada, dizendo que “the boundaries between the sectors are much more porous than might be imagined... (p.49)”, concluindo que a colaboração entre todos os setores da arqueologia é benéfica para o campo profissional e para a formação das novas gerações. La Piscopia, Sullivan e McDermott ao constatarem que arqueólogos irlandeses também estavam, prioritariamente, envolvidos no setor privado, assumem que as universidades têm que rever o seu papel, preparando os alunos para o mercado profissional. Já Geary, ao falar sobre o desenvolvimento profissional no Reino Unido vai contra essa ideia, ressaltando que as universidades não têm a obrigação de produzir arqueólogos prontos para a carreira profissional e entende que o setor comercial deve oferecer treinamentos específicos para as suas demandas. A colaboração é o cerne do capítulo de Baugher, que descreve os benefícios do “Service Learning” (SL), adotado em suas disciplinas na Cornell University, Estados Unidos, como parte da formação dos estudantes que, segundo os princípios do SL criado no governo Kennedy nos anos 1970, teriam a oportunidade de ter uma experiência com “real world” (!) por meio de estágios pagos. O programa foi suspenso durante o mandato de Reagan e, pela descrição do autor, a agenda atual se aproxima, timidamente, da ideia de extensão universitária, com várias diferenças, dentre elas, o fato de que o SL ocorre no âmbito

de disciplinas ou do trabalho de campo. O “real world” aparece, num outro sentido, no capítulo escrito por McCarthy e Brummitt a respeito da consultoria em arqueologia nos Estados Unidos. Eles pretendem entender como os arqueólogos que trabalham neste setor vivem no “real world”. Os autores apontam a desconexão entre a formação desses arqueólogos e os requisitos para a atuação na consultoria. Apesar disso, não apoiam mudanças curriculares, mas sugerem que os estudantes façam cursos em outros departamentos, como administração, negócios, meio ambiente, etc. Para Simpson um dos problemas observados na Irlanda é a falta de apoio das universidades, mas também a ausência de regulação rigorosa, o que tem levado a problemas com a coleta dos dados e com as estratégias de pesquisa adotadas. A política do “polluter pays”, ou “quem destrói paga”, desvaloriza o trabalho do arqueólogo, que tem a sua expertise negociada a baixo custo, afetando, especialmente, a fase pós-escavação, na qual pode ser mal pago ou até dispensado, já que o produto da arqueologia não interessa ao empreendedor (Wilkins, 180). Como resultado, segundo Simpson, os arqueólogos empregados nesses projetos tornaram-se “coletores de dados” e não “criadores de conhecimento” (p.168), indo ao encontro do que é discutido por Matyasowszky ao comparar os sistemas de gestão do patrimônio arqueológico na Irlanda e na Eslováquia. Parte importante da dinâmica desses sistemas é apresentada pelo co-editor, Eogan, que tece a trajetória da gestão no âmbito do National Road Authority, nos anos 1990. Por fim, o capítulo mais interessante do livro é escrito por Kobyliński. O autor inicia o texto fazendo considerações sobre a Convenção de Malta (EAA 2000) e a Carta de Lausanne (ICOMOS 1990) adotadas em parte na Polônia e tendo por isso, segundo ele, um efeito negativo. Em sua perspectiva a explosão da arqueologia comercial na Polônia foi desastrosa porque ocorreu no momento em que os sistemas de gestão do patrimônio estavam sendo descentralizados. Assim, compreende que o país não estava preparado para aproveitar os aspectos positivos e controlar os negativos da arqueologia comercial (p.196). A falta de organização tornou a escavação arqueológica como “regular form of economic activity” (p. 196). Isso somado aos problemas enfrentados após o colapso do comunismo fez com que as instituições de pesquisa, incluindo universidades, se rendessem à arqueologia comercial e atuassem como empresas privadas. As universidades passaram a controlar as pesquisas de contrato e as empresas de consultoria eram suas subcontratadas. Em 2006 este sistema foi desmantelado em função da descoberta de esquema de corrupção. Kobyliński, ao criticar a comercialização da arqueologia na Polônia diz: “Erosion of ethical norms in the community of archaeologists recently became an illness of truly epidemic scale, touching even the highest academic authorities, which in this new situation became clients of persons (...)” (198). Ao final faz um questionamento importante: será que isso tudo poderia ser evitado? Teria sido possível que a arqueologia polonesa seguisse em outra direção? A resposta otimista talvez não se estenda a muitos outros contextos, mas suas perguntas, certamente, se aplicam a todos os casos tratados neste livro, e pensar criticamente sobre elas faz a sua leitura valer a pena.